

Ajufe diz não apoiar pedido de equiparação com MPU feito por grupo de juízes

A Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) anunciou neste sábado (1º/2) que não apoia a iniciativa de um grupo de juizes federais que **acionou** o Conselho Nacional de Justiça para pedir a equiparação de sua remuneração à dos integrantes do Ministério Público da União e “os mesmos direitos” garantidos aos juizes estaduais.

Em nota, a entidade disse que a proposta “não contempla uma análise estratégica abrangente”, mas afirmou que não vai atuar para obstruir o pedido, em respeito às escolhas individuais dos magistrados.

O presidente da Ajufe, Caio Marinho, que assina a nota, explicou as preocupações da entidade quanto às consequências do pedido. Segundo ele, os juizes em questão desconsideraram aspectos como o impacto sobre magistrados aposentados e a repercussão em outros pedidos em andamento, especialmente no Conselho da Justiça Federal (CJF).

O grupo de magistrados também solicitou que o CJF e os Tribunais Regionais Federais regulamentem imediatamente verbas já existentes e pagas administrativamente no MPU.

Por fim, Marinho ressaltou os riscos de que essa movimentação “gere interpretações equivocadas na opinião pública e na mídia, com possíveis pressões políticas que podem fragilizar negociações institucionais em curso”.

Confira a nota na íntegra:



“A Ajufe vem esclarecer sua posição a respeito da recente iniciativa de um grupo de magistrados(as) federais que apresentou, no CNJ, um pedido que não reflete a estratégia institucional da Ajufe.

Compartilhamos das preocupações de todos com a urgência de concretização de conquistas institucionais e em relação a isso reiteramos que estamos atuando em todas as frentes de trabalho.

Embora respeitemos o direito de postulação individual, essa proposta nos causa preocupações relevantes quanto às suas consequências, tanto internas quanto externas.

O pedido, tal como formulado, desconsidera aspectos sensíveis, como o impacto sobre magistrados aposentados e a repercussão em outros pleitos em andamento, especialmente junto ao CJF.

Ademais, há riscos evidentes de que essa movimentação gere interpretações equivocadas na opinião pública e na mídia, com possíveis pressões políticas que podem fragilizar negociações institucionais em curso.

A Ajufe tem sido questionada sobre o tema e reforça que a demanda, da forma como proposta, não foi construída nem legitimada pela associação.

Diante disso, a Ajufe adota uma postura de cautela esclarecendo que:

- Não apoiará nem integrará formalmente essa iniciativa, por entender que ela não contempla uma análise estratégica abrangente;
- Não atuará para obstruir o pedido, como tem sido solicitado por alguns associados. Respeitamos as escolhas individuais dos(as) magistrados(as) e trabalhamos sempre em busca da preservação da unidade da carreira, evitando posicionamentos que promovam conflitos e exclusões. Assim, informamos que, sobre os fatos, a Ajufe concentrará seus esforços para superar os desafios que vem surgindo em decorrência do pedido protocolado no CNJ.
- Manterá seu compromisso com a defesa dos interesses da magistratura federal, trabalhando de forma responsável e estratégica, com diálogo institucional contínuo e respeito aos compromissos já assumidos com autoridades do Judiciário.

Reforçamos que cada magistrado(a) deve exercer sua reflexão crítica sobre o impacto de sua adesão a esse pleito, considerando as implicações institucionais envolvidas.

A Ajufe seguirá firme na busca por soluções que fortaleçam a carreira e assegurem avanços consistentes para todos, ativos e aposentados.”



*Atenciosamente,
Caio Marinho
presidente da Ajufe*

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2025-fev-01/ajufe-diz-nao-apoiar-pedido-de-remuneracao-equivalente-a-do-mpu/>